

RELATÓRIO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA



IPASC

Instituto de Previdência Social dos
Servidores Públicos Municipais de Caçador

EXPEDIENTE

COORDENAÇÃO E SUPERVISÃO

Fábio Deniz Casagrande

SUPERVISÃO FINAL

Fábio Deniz Casagrande



SUMÁRIO:

1 - APRESENTAÇÃO	04
2 - GESTÃO CORPORATIVA	05
3 - GESTÃO DE PESSOAS	09
4 - GESTÃO ADMINISTRATIVA	11
5 - GESTÃO FINANCEIRA	15
6 - GESTÃO DE INVESTIMENTOS	21
7 - GESTÃO PREVIDENCIÁRIA	26
8 - APRIMORAMENTO LEGAL E NORMATIVO	27
9 - FISCALIZAÇÃO E CONTROLE	28
10 - GESTÃO ATUARIAL	29

APRESENTAÇÃO

Este Relatório tem a finalidade de prestar informações com base nos Relatórios

Gerenciais do ano de 2020, fornecidos pelos Setores Internos de Previdência, Jurídico, Contabilidade, Recursos Humanos, de Administração e Finanças, assim como os relatórios externos dentre eles o Atuário e de Investimentos.

A disponibilização dessas informações permite aos segurados, beneficiários e ao público em geral, acompanhar as principais atividades do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, Autarquia entidade com personalidade jurídica de direito público, vinculada a Administração Municipal de Caçador, criada através da Lei Complementar nº 10, de 16 de dezembro de 2000, reestruturada pela Lei Complementar nº 291, de 29 de abril de 2015, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira e orçamentária.

De acordo com o previsto na Lei Complementar nº 291, de 29 de abril de 2015, o IPASC é órgão gestor único do RPPS, a quem incube o gerenciamento e a operacionalização da arrecadação e a gestão de recursos financeiros e previdenciários, a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios previdenciários.

Com a edição da Lei Complementar nº 3.288, de 14 de março de 2016 foi realizada uma reorganização do regime de custeio do plano de benefícios do IPASC.

2 - GESTÃO CORPORATIVA

O IPASC tem efetuado esforços no sentido de se alcançar abrangente e transformador processo de atualização e modernização da identidade institucional, impulsionado pela visão de se tornar referência em matéria previdenciária.

A Estrutura de Governança do IPASC é composta, conforme determinação legal pelo Conselho Administrativo, pelo Conselho Fiscal e pela Diretoria Executiva.

Para o IPASC Governança Corporativa refere-se às regras que governam a sua estrutura e ao exercício de poder e controle das atividades do Instituto. Nesse contexto, as medidas de boa governança são de fundamental importância às práticas, decisões e os relacionamentos entre Conselho Administrativo, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Comitê de Investimentos, com a finalidade de aperfeiçoar o desempenho da Autarquia. Os Conselhos de Administração, Fiscal e Comitê de Investimentos possuem suas regulamentações previstas na Lei Complementar nº 291, de 29 de abril de 2015 e seus regimentos internos.

No ano de 2020, o Conselho Administrativo reuniu-se ordinariamente uma vez por mês cumprindo com o que estabelece a Lei já citada acima e as atas das reuniões estão publicadas no sítio do Instituto, www.ipasc.sc.gov.br. Já o Conselho Fiscal não cumpriu com o estabelecido em seu Regimento Interno. Não houve reuniões ordinariamente, ficando algumas atas para publicar somente no mês de outubro. No ano seguinte alguns membros do Conselho Fiscal solicitaram a renúncia de membro de Conselheiro.

Ressalta-se que diversas ações estão sendo implementadas no IPASC visando ao bom desenvolvimento de boas práticas de Governança Corporativa. Nos últimos anos a Estrutura de Governança do IPASC concentrou esforços visando à reorganização, à realização de diversas ações objetivando a adoção de melhores práticas de gestão.

Importante iniciativa foi a elaboração e aprovação no 1º semestre de 2019 de seu mapa estratégico, culminando na aprovação Matriz de Riscos – avaliando-se os eventos críticos, tendo sido realizadas, também, as avaliações quanto à probabilidade e impacto para determinação da medida de risco; e a elaboração do Planejamento Setorial com a determinação das Metas Institucionais – IPASC – 2020.

Em sequência, diante do estabelecimento das Metas Institucionais e Setoriais o Instituto vem desenvolvendo mecanismos de monitoramento das mesmas. Dentro dos limites técnicos e sistêmicos do Instituto, em breve estará sendo colocado em prática o Monitoramento e Gestão - PG, através do Sistema 1Doc, que é um instrumento de monitoramento que consiste em

permanente coleta, análise e sistematização de informações e de verificação do andamento das metas instituída. Esta é uma ferramenta que permitirá realizar a integração de planejamento estratégico e a execução operacional/setorial.

Além dessas ações, é importante destacar que que foi instituído o Código e Comissão de Ética e Conduta, por meio da Portaria Nº 39 de 21/10/2016. Outra prática importante adotada foi o aprimoramento da transparência ativa visando seu fortalecimento como instituição previdenciária e também como forma de ampliar o controle Social em relação à previdência dos servidores públicos priorizando-se a disponibilização tempestiva de informações em quantidade e qualidade.

Dessa forma, o IPASC persiste na busca do desenvolvimento institucional e, ainda, no esforço para manter o Certificado de Regularidade Previdenciário vigente, nas demonstrações de natureza obrigatória. A cópia do CRP vigente encontra-se no Anexo I.

O Certificado de Regularidade Previdenciário, instituído pelo Decreto nº 3.788, de 11 de abril de 2001 e Portaria MPS nº 204, de 10 de julho de 2008, serve de instrumento de controle para a Secretaria da Previdência, do Ministério da Fazenda, verificar o cumprimento dos critérios e exigências previstos na Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998.

Manter o CRP vigente para o Instituto é fundamental, uma vez que a sua ausência limita a capacidade do Município de negociar e assinar acordos relacionados ao financiamento e/ou liberação de verbas por órgãos multilaterais e as de livre vinculação da União.

Além disso, o IPASC tem mantido esforços para não haver restrições junto à Fazenda Nacional, obtendo-se a Certidão Negativa de Débitos – CND, à Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e de se manter o certificado de regularidade com o FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS – CRF). Essas informações podem ser verificadas, respectivamente, nos Anexos II, III e IV.

2.1 - Planejamento Estratégico

Para a realização desse trabalho, este Instituto solicitou apoio dos Conselhos. Tal apoio consistiu na condução das reuniões, debates, orientação quanto à metodologia e ferramentas para que fosse reavaliado o Planejamento Estratégico até então estabelecido e construídos os demais desdobramentos atinentes ao planejamento.

Como resultado do esforço deste Instituto, obteve-se o seguinte Mapa Estratégico:

MAPA ESTRATÉGICO

Missão:

Gerir o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador de maneira que assegure aos seus beneficiários os meios imprescindíveis de manutenção por motivo de incapacidade, idade, tempo de contribuição e falecimento.

Visão:

Ser reconhecido como patrimônio do servidor público pela excelência no atendimento de seus segurados, sustentabilidade financeira e excelência na gestão dos recursos.

Valores:

Integridade
Profissionalismo e proteção,
Aperfeiçoamento na relação com os servidores
Sustentabilidade e segurança
Compromisso

Resultados para Segurados e dependentes

Garantir a sustentabilidade do Regime Previdenciário

Melhorar de forma contínua a execução das atividades

Processos Internos

INOVAÇÃO NA GESTÃO

Desenvolver ferramentas de gestão

EFICIÊNCIA FINANCEIRA

Gerenciamento de riscos e obtenção de melhores resultados

INOVAÇÃO INSTITUCIONAL

Inovar nos processos e serviços com foco na simplificação e excelência

Promover políticas de educação previdenciária e para saúde do Segurado

GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS

Aprendizado e crescimento

Capacitar servidores

Desenvolver estrutura do quadro funcional

MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA

Melhorar a infraestrutura física

Prover soluções no ambiente tecnológico

Passo seguinte, foram iniciadas a elaboração e a reavaliação dos indicadores de desempenho, do Plano de Ação o qual contempla as metas, os responsáveis, o período de execução, as etapas a serem desenvolvidas para alcance das mesmas e o que é necessário para cumprimento de cada uma delas.

Contudo, para a elaboração do Plano de Ação em face da reavaliação do Planejamento Estratégico e da elaboração de Indicadores de Desempenho fez-se necessário adequar as metas já estabelecidas para 2020, anteriormente informadas, bem como classificá-las de acordo com as metas institucionais/ setoriais e a inserção de novas metas para atingir os objetivos estratégicos propostos.

Neste momento, foi necessária a reorganização das metas que caracterizariam como estratégicas ou operacionais, a fim de melhor atrelar aos objetivos estratégicos propostos e então transportá-las ao Plano de Ação.

Ressalta-se que tais adequações estão sendo feitas com o objetivo de se aprimorar a definição de indicadores e metas, sem, contudo, alterar o monitoramento das metas institucionais inseridas no Monitoramento e Gestão – MG.

2.2 - Educação Previdenciária

Educação Previdenciária é o conjunto de ações de capacitação, qualificação, treinamento e formação específica ofertadas aos servidores públicos do ente federativo, da unidade gestora do RPPS, aos segurados e beneficiários em geral (servidores ativos, aposentados e pensionistas), aos gestores e conselheiros e aos diferentes profissionais que se relacionam ou prestam serviços ao RPPS.

Os assuntos tratados na Educação Previdenciária são os relativos à compreensão do direito à previdência social e de seu papel como política pública, à gestão, à governança e aos controles do RPPS nos seus mais variados aspectos (gestão de ativos e passivos, gestão de pessoas, benefícios, investimentos, orçamento, contabilidade, finanças, estruturas internas e externas de controle, dentre outros). Também são contempladas pela Educação Previdenciária as ações de divulgação das informações relativas ao resultado da gestão do RPPS para os diferentes órgãos e entidades integrantes do governo do ente federativo, para instituições públicas e privadas e para o conjunto da sociedade.

Desta forma, tendo em vista a responsabilidade deste Instituto em promover a Educação Previdenciária, instituiu-se em concordância com o Manual Pró-Gestão RPPS, o Programa de Educação Previdenciária no âmbito do Município de Caçador.

Destacam-se as atividades a serem desenvolvidas pelo Instituto em 2019, buscando capacitar servidores lotados nos diversos órgãos do Município de Caçador, abordando os seguintes temas:

- Aposentadorias e Pensões
- Noções Básica de Legislação Previdenciária e Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS e Compensação Previdenciária;
- Aposentadoria Especial, (Art. 40, § 4 –CF e Compensação Previdenciária; e Educação Financeira Pessoal, e
- Contagem por Tempo de Serviços– CTC.

2.2.1 - Palestra Técnica:

Em 2020 foi promovida a Palestra sobre Educação Previdenciária e Financeira. Este evento visou trazer maiores conhecimentos a todos os servidores municipais.

O evento contou com a participação virtual de mais de 50 pessoas entre eles servidores ativos e inativos do município de Caçador. Sendo o convite estendido à sociedade em geral, também houve participação destes. Foi realizada Avaliação de Reação do evento sendo que 92% dos participantes, no tocante à satisfação, avaliaram o mesmo como excelente.

3 - GESTÃO DE PESSOAS

Diante das exigências do Pró-Gestão, foi fundamental tanto para a gestão do Instituto como para o Ente, para a assunção dos novos desafios apresentados. Muitos foram os avanços, porém ainda temos muitas conquistas a serem alcançadas. Em relação à gestão, o que se constata é uma evolução significativa em relação à melhoria do conhecimento ou capacitação das pessoas a partir de iniciativas individuais ou em razão do acesso às informações de forma mais direta

O IPASC, contava em 31 de dezembro de 2020, com 1.139 ativos, 417 inativos e 114 pensionistas, totalizando 1.670 segurados. A proporcionalidade de segurado ativo x inativo era de 2,15% (dois vírgula quinze por cento). Conforme quadro abaixo:

3.1 - Segurados

Servidores ativos do ente.

Número de servidores ativos – até dezembro/2020.			
Estatutários			1.139
Fonte: RH/PREFEITURA			

Aposentados e pensionistas.

Benefícios – até dezembro/2020			
Aposentado			417
Pensionistas			114
TOTAL GERAL			1.670
Fonte: RH/IPASC			

4 - GESTÃO PREVIDENCIÁRIA

De acordo com o previsto na Lei Complementar nº 291, de 29 de abril de 2015, o IPASC é órgão gestor único do RPSS, a quem incube o gerenciamento e a operacionalização, incluindo a arrecadação e a gestão de recursos financeiros e previdenciários, a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios previdenciários.

A atenção ao atendimento tem por objetivo estabelecer uma relação de maior familiaridade entre o Instituto e o Beneficiário. O IPASC vem desenvolvendo uma proposta de promover este atendimento com excelência e eficiência, estando atento às reais necessidades dos segurados.

Em relação à gestão, o que se constata é uma evolução significativa em relação à melhoria do conhecimento ou capacitação das pessoas, a partir de iniciativas individuais ou em razão do acesso às informações de forma mais direta, por intermédio dos congressos, seminários, cursos e outros, emanadas de órgãos e setores interessados, além de exigências legais.

Ocorre que, devido à ausência de uma razoável estrutura física e administrativa adequada o IPASC não tem condições de exercer efetivamente todas as suas funções.

Desta forma, busca-se iniciar gradativamente na totalidade das atribuições institucionais do IPASC no que se refere a gestão dos benefícios, de modo a satisfazer não somente o imperativo legal, mas também as determinações do Tribunal de Contas que através de processos administrativos tem exigido a plena assunção das atribuições legais desta autarquia.

3.2 - Valores da folha de pagamento

O quadro abaixo diz respeito às despesas de pessoal inativo e pensionistas do Instituto, comparando os valores pagos no ano de 2020.

Resumo das folhas de pagamento de benefícios:

Valor Total dos Proventos de Aposentadoria em 2020 (R\$)	R\$	21.740.128,58
Valor Total das Pensões por Morte em 2020 (R\$)	R\$	2.893.313,00
TOTAL	R\$	24.633.441,58

Fonte: Balancetes Contabilidade IPASC.

4 - GESTÃO ADMINISTRATIVA

Regime Próprio de Previdência Social - RPPS é um sistema de previdência, estabelecido no âmbito de cada ente federativo, que assegure, por lei, a todos os servidores públicos titulares de cargo efetivo do Município, responsável concessão e pagamento de benefícios de aposentadorias e pensão por morte previstos no art. 40 da Constituição Federal.

4.1 - Organização

O IPASC tem a finalidade de organizar a previdência dos servidores públicos, tanto daqueles em atividade, como daqueles já aposentados e dos pensionistas, cujos benefícios estejam sendo pagos pelo Instituto.

4.2 - Quadro interno de servidores

O IPASC passou a ser administrado pela Diretoria Executiva desde a edição da Lei Complementar nº 93, de 29 de dezembro de 2006, com a finalidade a sua administração,

gerenciamento e operacionalização, incluindo a arrecadação e gestão de recursos, a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios, sendo que possui a seguinte estrutura organizacional: Diretor Presidente e Diretor Administrativo e Financeiro, escolhido entre os segurados ativos do Município, com a participação do Poder Legislativo. Dentre os setores temos: Jurídico (um servidor efetivo), Contabilidade (um servidor efetivo e um estagiário), Benefício (dois servidores efetivos), RH e Financeiro (servidor cedido pela Prefeitura), atendimento (estagiário).

4.3 - Benefícios Previdenciários

Evolução da concessão do de benefícios por tipo de aposentadoria

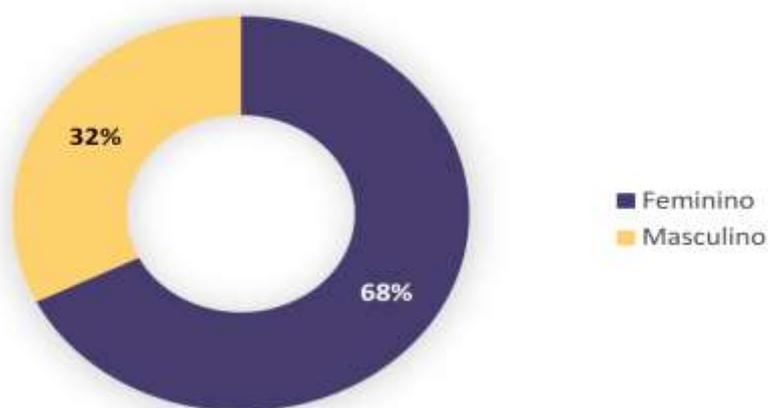
- Reformulação do censo previdenciário;
- Recadastramento adaptado aos segurados acamados ou com dificuldades de locomoção e residentes em outras cidades;
- Redução do tempo de trâmite/ concessão de benefícios.
- Normatização de todas as atividades da área de benefícios.
- Envio de processos antigos ao TCE;

Tipo de aposentadoria	Quantidade 2019	Quantidade 2020
Aposentadoria por idade	2	5
Aposentadoria por tempo de contribuição	30	34
Aposentadoria compulsória	0	0
Aposentadoria por Invalidez	3	3
Aposentadoria Especial – atividade prejudicial à saúde	1	1

DISTRIBUIÇÃO GERAL DA POPULAÇÃO

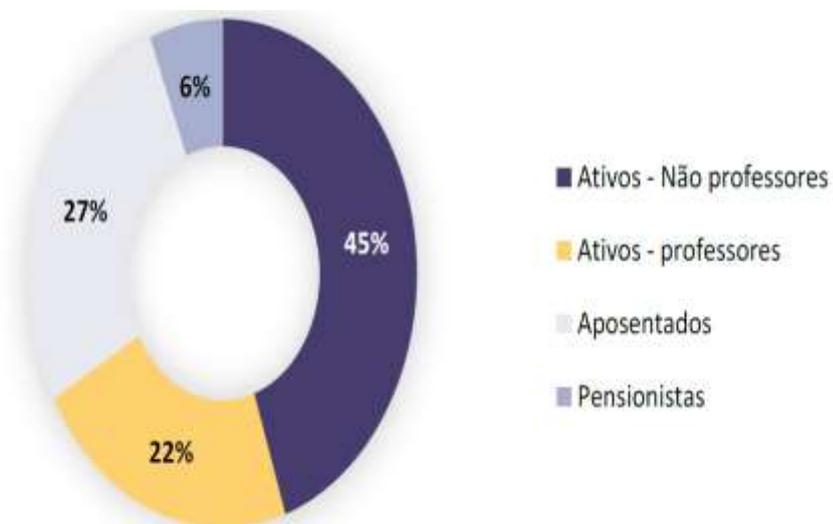
Situação da população coberta	Quantidade		Remuneração média (R\$)		Idade média	
	Sexo feminino	Sexo masculino	Sexo feminino	Sexo masculino	Sexo feminino	Sexo masculino
Ativos	786	385	R\$ 3.262,45	R\$ 3.624,51	43,93	46,22
Aposentados por tempo de contribuição	211	110	R\$ 4.456,05	R\$ 4.418,01	62,50	68,51
Aposentados por idade	60	25	R\$ 1.418,09	R\$ 2.029,75	69,82	73,76
Aposentados - compulsória	1	5	R\$ 4.019,48	R\$ 1.805,71	81,00	78,20
Aposentados por invalidez	40	23	R\$ 1.785,24	R\$ 2.685,25	59,80	65,48
Pensionistas	88	19	R\$ 1.906,47	R\$ 3.134,01	62,74	55,16

DISTRIBUIÇÃO POPULAÇÃO, SEXO



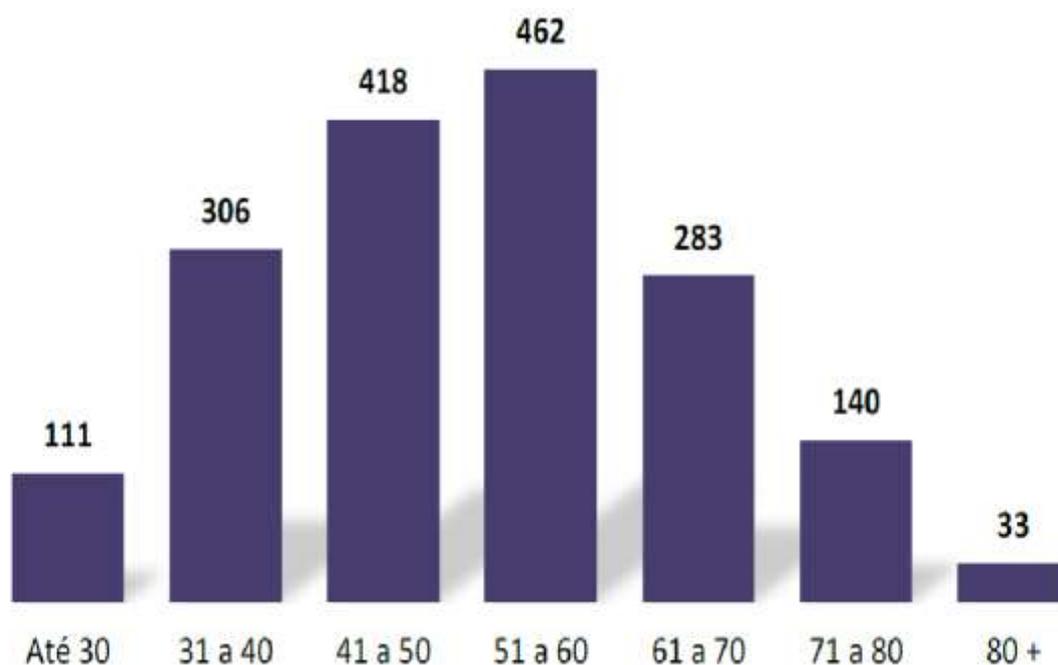
GERAL DA POR

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO, STATUS



GERAL POR

DISTRIBUIÇÃO GERAL DA POPULAÇÃO, POR FAIXA ETÁRIA



4.4 - Licitações

O Relatório com as informações de processos licitatórios para o ano de 2020 encontra-se disponível em www.ipasc.cacador.sc.gov.br

Termos/acordos de cooperação técnica

Não houve.

5 - GESTÃO FINANCEIRA

O IPASC finalizou o ano de 2020 com uma rentabilidade de 5,48%, contra uma meta atuarial (IPCA + 5,86% a.a.). Mesmo sem atingir a meta atuarial proposta, a Carteira apresentou um bom desempenho em virtude da instabilidade político-econômica e volatilidade do mercado financeiro, baseada na alta da inflação, desvalorização do real, aumento da taxa de juros e principalmente pelo avanço da Pandemia.

5.1 - Evolução do Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido do Instituto teve um aumento significativo nestes últimos anos. Findo o exercício de 2020, as reservas aplicadas totalizam o valor de R\$137.863.552,12 (Cento e trinta e sete milhões, oitocentos e sessenta e três mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e doze centavos). Parcelamentos a receber, R\$ 25.919.858,89 (Vinte e cinco milhões, novecentos e dezenove mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e oitenta e nove centavos).

Total: R\$163.783.411,01

5.2 - Evolução Do Patrimônio



5.3 - Gestão Orçamentária e Financeira.

5.3.1 - Planejamento Orçamentário.

O Orçamento Público é o instrumento legal (aprovado por lei) utilizado para organizar os recursos financeiros. Nele, está contida a discriminação da receita (fonte dos recursos) e da despesa (aplicações dos recursos) de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho do governo. Basicamente é o que se planeja receber (arrecadar) de recursos financeiros e a previsão de gastos, destinados às diversas áreas de atuação (programas de trabalho).

O Planejamento Orçamentário do IPASC para o exercício de 2020 foi aprovado pela Lei nº 3.580 de 18 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial do Município – DOM em 19 de dezembro de 2019, no qual foram estimadas as receitas totais em R\$36.033.385,00 (Trinta e seis

milhões, trinta e três mil e quinhentos e oitenta e cinco reais) e fixadas as despesas em igual valor em observância ao princípio do equilíbrio orçamentário.

5.3.2 - Receitas

Conforme norma ditada pela Lei Federal nº 4.320/64, a receita deve ser estimada antes do início do exercício e utilizada de acordo com as diretrizes institucionais. Essa apuração financeira dos recursos é, em grande parte, resultado da contribuição pecuniária dos servidores ativos, em casos específicos, aposentados e investimentos no mercado de ações.

Os contribuintes são divididos por meio de características legalmente estabelecidas quando da criação ou reformulação de regras que regem os regimes de previdência. Sendo assim, a receita é vinculada à fonte da qual são originários, no caso em questão, o Planos Previdenciário. Do montante equivalente às arrecadações destinadas a esses planos, retira-se o valor correspondente à alíquota legal preestabelecida para a formação da Taxa de Administração.

5.3.3 - Despesas

Segundo a Lei Federal nº 4.320/64, na elaboração do orçamento, a receita deve ser estimada e, com igual valor, a despesa fixada, antes do início do exercício, obedecendo ao princípio do equilíbrio orçamentário. Esse desembolso de recursos é, portanto, necessariamente autorizado por lei e tem como objetivo o custeio dos proventos devidos aos aposentados e pensionistas, assim como a manutenção da estrutura física e humana da autarquia, além de possibilitar aplicações e investimentos.

O IPASC tem sob sua responsabilidade a gerência dos valores angariados por meio dos Planos Previdenciário que, por sua vez, abastecem a Taxa de Administração.

**QUADRO –
RECEITAS**

Descrição		Recurso		Previsão 2020
RECEITAS CORRENTES				13.447.692,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES				5.651.877,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS				5.651.877,00
Contrib.Sociais espec. Est., DF, Municípios				5.651.877,00
Contrib. Serv. Cível				5.648.570,00
Contrib. De Serv. Ativo				5.477.000,00
Contrib. De Serv. Ativo - Principal		3	Contribuição ao RPPS	3.303.696,00
Contrib. De Serv. Ativo - Principal		75	Recursos Próprios - IPASC tx adm	2.173.304,00
Contrib. De Serv. Inativos				167.900,00
Contrib. De Serv. Inativos - Principal		3	Contribuição ao RPPS	167.900,00
Contrib. De Serv. Pensionistas				3.670,00
Contrib. De Serv. Pensionistas -Principal		3	Contribuição ao RPPS	3.670,00
Contrib. Patronal Serv. Ativo				3.307,00
Contrib. Patronal Serv. Ativo -Principal		3	Contribuição ao RPPS	3.307,00
RECEITA PATRIMONIAL				7.260.000,00
VALORES MOBILIÁRIOS				7.260.000,00
Juros e Correções Monetárias				7.260.000,00
Remun. Dos recursos do RPPS				7.260.000,00
Remun. Dos recursos do RPPS - Principal				7.000.000,00
Remun. Dos recursos do RPPS - Principal		3	Contribuição ao RPPS	6.740.000,00
Remun. Dos recursos do RPPS - Principal		75	Recursos Próprios - IPASC tx adm	260.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES				535.815,00
Demais Receitas Correntes				535.815,00
Compensação Financeira entre RGPS e RPPS				496.125,00
Compensação Financeira entre RGPS e RPPS				496.125,00
Compensação Financeira entre RGPS e RPPS - Principal				496.125,00
Compensação Financeira entre RGPS e RPPS - Principal		3	Contribuição ao RPPS	496.125,00

Outras receitas			39.690,00
Outras receitas - Principal			39.690,00
Outras receitas - Principal			39.690,00
Outras receitas - Principal	03		31.890,00
Outras receitas - Principal	75		7.800,00
RECEITAS CORRENTE INTRA-ORÇAMENTÁRIAS			22.585.892,77
Contrib. Patr. Serv. Ativo Civil RPPS			22.585.892,77
Contrib. Patr. Serv. Ativo Civil RPPS			22.585.892,77
Contrib.Sociais espec. Est., DF, Municípios			14.471.640,00
Contrib. Patr. Serv. Civil Espec. Est., DF, Municípios			10.960.615,00
Contrib. Patr. Serv. Civil			10.960.615,00
Contrib. Patr. Serv. Civil - Principal	03		10.954.000,00
Contrib. Patronal - Multa e juros	03		6.615,00
Contrib. Patr. Parcelamento Espec. Est., DF, Municípios			3.511.025,00
Contrib. Patr. Parcelamentos - Servidor Civil Ativo	03		3.500.000,00
Contrib. Patr. Parcelamentos - Servidor Civil Ativo - Multa e Juros			11.025,00
Outras receitas Intra			8.114.252,77
Demais receitas correntes			8.114.252,77
Aportes periódicos Amortização do Déficit Atuarial			8.114.252,77
Aportes periódicos Amortização do Déficit Atuarial - Principal			8.114.252,77
Aportes periódicos Amortização do Déficit Atuarial - Suplementar	05	Aporte para amortização do déficit atuarial	2.470.000,00
Aportes periódicos Amortização do Déficit Atuarial Aporte - parte fixa	05	Aporte para amortização do déficit atuarial	5.644.252,77
Total IPASC			36.033.584,77

QUADRO - DESPESAS

LDO 2020					
IPASC		Realizada 2016	Fixada 2017	Realizada 18	Prevista 2020
MANUTENÇÃO DO IPASC		R\$ 927.006,67	R\$ 1.468.065,53	R\$ 936.710,70	R\$ 2.441.104,00
3.1.90	Aplicação Direta	R\$ 598.300,36	R\$ 720.000,00	R\$ 636.717,11	R\$ 963.200,00
Recursos Próprios - IPASC tx adm 75					
3.1.91	Aplicação Direta	R\$ 57.028,80	R\$ 98.065,53	R\$ 86.236,58	R\$ 211.904,00
Recursos Próprios - IPASC tx adm 75					
3.3.90	Aplicação Direta	R\$ 258.529,61	R\$ 500.000,00	R\$ 213.500,01	R\$ 616.000,00
Recursos Próprios - IPASC tx adm 75					
4.4.90	Aplicação Direta	R\$ 13.147,90	R\$ 150.000,00	R\$ 257,00	R\$ 650.000,00
Recursos Próprios - IPASC tx adm 75					
MANUTENÇÃO DA PREVIDÊNCIA		R\$ 13.168.668,37	R\$ 15.000.000,00	R\$ 18.515.541,23	R\$ 22.150.000,00
3.1.90	Aplicação Direta	R\$ 13.168.668,37	R\$ 15.000.000,00	R\$ 18.515.541,23	R\$ 22.150.000,00
Contribuição ao RPPS 03					R\$ 21.950.000,00
precatórios 03					R\$ 200.000,00
RESERVA DE RPPS		R\$ -	R\$ 11.914.134,47	R\$ -	R\$ 3.328.228,00
9.9.99	Aplicação Direta	R\$ -	R\$ 11.914.134,47	R\$ -	R\$ 3.328.228,00
Contribuição ao RPPS 03					R\$ 3.328.228,00
Aporte para amortizadéfict atuarial - 05					R\$ 8.114.252,77
TOTAL entidade		R\$ 14.095.675,04	R\$ 28.382.200,00	R\$ 19.452.251,93	R\$ 36.033.584,77

6 - GESTÃO DE INVESTIMENTOS

6.1 - Análise Do Gestor De Recursos

6.2 - Ativos Financeiros

Durante o ano de 2020, a Diretoria Financeira através do Comitê de Investimentos deu continuidade ao posicionamento de investimentos com perfil conservador e aproximando-se dos referenciais de rentabilidade de curto prazo, de modo que a volatilidade típica de investimentos mais longos não ocasione retornos negativos ao seu patrimônio.

6.3 - Cenário Econômico 2020

O mercado de juros viveu dias sob intenso estresse, devido a crescentes dúvidas sobre a capacidade do Tesouro Nacional de refinar a dívida pública federal diante do forte aumento de gastos para combater os efeitos da pandemia e da percepção de evolução da agenda de reformas muito aquém do necessário. No ambiente doméstico, o PIB do 3º trimestre de 2020 avançou 7,7%. Com o resultado, o PIB ainda se situa 4,1 abaixo do nível pré pandemia. Acerca dos demais indicadores de outubro, divulgados em dezembro. O IBC Br apresentou crescimento de 0,9% completando o 6ª mês consecutivo de alta. Já a produção industrial cresceu 1,1% resultado que corresponde à 6ª alta consecutiva do indicador e coloca a produção da indústria 1,4% acima do nível pré pandemia. As vendas do varejo restrito cresceram 0,9% e o volume de serviços mostrou avanço de 1,7%. Acerca do mercado de trabalho, os dados do CAGED de novembro registraram criação de 414.556 vagas de empregos formais. Com o dado, o saldo acumulado entre julho e novembro foi de 1.503. 507 postos, mais do que recuperando as perdas verificadas no auge da pandemia. No tocante à política fiscal, o resultado primário do setor público consolidado foi deficitário em R\$ 18,1 bi no mês de novembro. Nos últimos 12 meses, o déficit primário do setor público acumula R\$ 664,6 bilhões 8,9% do PIB e o déficit nominal R\$ 978,0 bi, 13,1% do PIB. A Dívida Líquida do Setor Público e a Dívida Bruta do Governo Geral alcançaram 61,4 e 88,1 do PIB, respectivamente.

O IPCA avançou 1,35% em dezembro, acima da mediana das expectativas de mercado apuradas pela Agência Estado 1,22%. A surpresa se deu, principalmente, nos grupos “Vestuário” (avanço de 0,59% ante projeção de 0,48% e “Saúde e Cuidados Pessoais” 0,65% contra projeção de 0,32%). Os grupos de maior peso no índice, entretanto, vieram em linha com as projeções, confirmando a expectativa de desaceleração do grupo “Alimentação e Bebidas” (de 2,54% para 1,74% e com a manutenção da pressão sobre o grupo “ que acelerou ligeiramente de 1,33% para

1,36%. Dentro do grupo“. Combustíveis ainda seguem em elevação 1,56% e passagens aéreas mostraram expressiva alta (de 3,22% para 28,05%. Os preços de alimentação em domicílio seguem cedendo, mas ainda em ritmo gradual Apesar da desaceleração de combustíveis, nos próximos meses, o subitem gasolina deve se manter pressionado

6.4 – Carteira em 2020

6.4.1 - Renda Fixa

RENDA FIXA		
FUNDOS	BENCHMARK	R\$ EM 31/12/2020
BB PREVIDENCIÁRIO RF TP X FI	IMA-B	R\$ 8.177.594,52
BB PREVIDENCIÁRIO RF IMA-B TP FI.	IMA-B	R\$ 16.649.923,02
BRANDESCO INST FIC FI RF IMA-B TP	IMA-B	R\$ 442.036,20
SANTANDER FIC FI IMA-B INST TIT PUB RF LP	IMA-B	R\$ 534.395,97
CAIXA NOVO BRASIL FIC IMA-B RF LP	IMA-B	R\$ 587.204,44
CAIXA FIC BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA RF	IMA- GERAL	R\$ 38.742.597,11
FI CAIXA BRASIL IRF-M 1 TP RF	IRF-M1	R\$ 122.951,13
FI CAIXA BRASIL IRF-M 1+ TP RF LP	IRF-M1+	R\$ 2.935.252,69
BANRISUL SOBERANO FI RF SIMPLES LP	SELIC	R\$ 74.242,27
BANRISUL ABSOLUTO	SELIC	R\$ 4.350.690,83
SANTOS CREDIT MASTER FI RF CRED PRIV	CDI	R\$ 2.895,14
SANTOS CREDIT YIELD FI RF CRED PRIV	CDI	R\$ 64.550,84

6.4.2 - Renda Variável

RENDA VARIÁVEL		
FUNDOS	BENCHMARK	R\$ EM 31/12/2020

SANTANDER FI IBOVESPA ATIVO INSTITUIÇÕES	IBOVESPA	R\$ 3.535.668,45
BB PREVIDENCIÁRIO AÇÕES GOVERNANÇA FI	IBOVESPA	R\$ 1.523.979,29
CAIXA FIC FIA MULTIGESTOR	IBOVESPA	R\$ 5.213.437,34
ICATU VANGUARDA DIVD 30 FIA	IBOVESPA	R\$ 3.574.779,45
ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS FIA	IBOVESPA	R\$ 3.993.842,09
BB AÇÕES CONSUMO FIC FI	IBOVESPA	R\$ 205.448,15
BB AÇÕES RETORNO TOTAL	IBOVESPA	R\$ 4.811.068,35
ITAÚ AÇÕES DUNAMIS FIC FI	IBOVESPA	R\$ 2.604.780,37
ITAU AÇÕES MOMENTO 30 FICFI	IBOVESPA	R\$ 2.037.760,75
OCCAM FIC FIA	IBOVESPA	R\$ 5.317.241,30
BB PREVIDENCIÁRIO AÇÕES VALOR FIC FIA	IBOVESPA	R\$ 7.148.178,59
FI AÇÕES CAIXA BRASIL IBX50	IBRX-50	R\$ 2.435.174,03

6.4.3 - Investimento no Exterior

FUNDOS	BENCHMARK	R\$ EM 31/12/2020
CAIXA FIA INSTITUCIONAL BDR NIVEL I	DOLAR COMERCIAL	R\$ 571.740,53
MS GLOBAL OPPORTUNITIES ADVISORY INV EXT FIC AÇÕES	DOLAR COMERCIAL	R\$ 5.094.196,81
GENIAL MS US GROWTH INVEST EXTERIOR FIC AÇÕES	IBOVESPA	R\$ 4.922.506,73

Obs: As operações enquadraram-se nos limites previstos pela Resolução CMN nº 3.922/2008 e estiveram adequadas aos parâmetros constantes na Política de Investimentos vigente, bem como às orientações e estratégias debatidas com Comitê de Investimento e Análise de Riscos da Consultoria, buscando a preservação da rentabilidade e liquidez dos investimentos no período, a solidez e transparência na gestão e o controle do nível de risco da carteira de investimentos.

6.4.4 - Renda Fixa

Mesmo em um contexto de elevadas incertezas e altíssima volatilidade, diversos fundos figuraram com destaque nas principais premiações voltadas ao mercado de investimentos. Sem descuidarmos do “olhar prospectivo” e alinhados às perspectivas de mercado, os investimentos em renda fixa estão bem distribuídos concentrando maior volume em IMA GERAL. De modo geral, apresentando resultados satisfatórios para a competência, mantendo o risco sob controle.

6.4.5 - Renda Variável

Em dezembro, a aprovação do novo pacote de estímulos monetários e fiscais os EUA aliado ao início da vacinação contra o covid 19 em alguns países desenvolvidos foram combustível para um novo rali de alta das bolsas globais. A volatilidade apresentou leve alta, mas os prêmios de risco caíram e o mercado acionário testemunhou o fechamento dos principais índices americanos em novas máximas históricas. Em termos de performance, nos EUA, os principais índices registram forte alta no período e renovaram suas máximas históricas. No Brasil, o ambiente externo positivo e novas entradas de fluxo de capital estrangeiro contribuíram para que a bolsa local voltasse a buscar suas máximas históricas atingidas pré pandemia. Assim, o Ibovespa subiu 9 30 e fechou o ano nos 119 017 pontos, o que representou uma alta de 2 92 em 2020 deixando para trás as perdas observadas em março e abril, quando o índice chegou a buscar os 63 mil pontos.

6.4.6 - Investimentos no Exterior

Os índices acionários futuros em Nova York estão em alta, assim como os mercados de ações na Europa. Por lá, o destaque é a bolsa de Londres, que voltou de feriado prolongado. Por conta disso, a reação do investidor na City ao acordo comercial entre Reino Unido e União Europeia anunciado no dia 24 acontece somente depois do retorno. Assim como os negócios no Ocidente, a bolsa de Tóquio fechou em alta - e na máxima de fechamento desde agosto de 1990 - no embalo do desempenho de Nova York. Assim, os investimentos do IPASC no exterior seguem com boa perspectiva.

6.4.7 - Análise De Risco / Retorno Da Carteira

O ano de 2020 foi bastante desafiador e no mercado de investimentos não foi diferente. Experimentamos uma verdadeira montanha russa e, nesse contexto, mapear os desafios e identificar as oportunidades foram imprescindíveis para manutenção da saúde dos investimentos. Em um ambiente de distanciamento social, nossa equipe se reinventou para estar ainda mais

próxima provendo acesso à informações tempestivas e imprescindíveis ao processo de tomada de decisão de investimento. Em relação aos riscos da carteira do Instituto, estamos bem posicionados com possibilidade de crescimento e novos investimentos.

6.4.8 - Enquadramento Da Carteira

Todas as aplicações do Instituto estão em conformidade com os critérios estabelecidos na Resolução da CMN nº 3.922/2010 e na Política anual de investimentos, ficando demonstrado o cumprimento da legislação em vigor, bem como da própria política de investimentos definida para o ano de 2020.

6.5 - Política De Investimentos 2020

Anualmente o IPASC elabora sua Política de Investimentos para o exercício posterior em obediência ao que determina legislação federal, sob a assessoria da Empresa Mais Valia Consultoria de Investimentos e com o envolvimento do Comitê de Investimentos, para que posteriormente seja analisada e aprovada pelo Conselho Administrativo do IPASC.

A Política de Investimento tem ainda como objetivo específico, zelar pela eficiência na condução das operações relativas às aplicações dos recursos, buscando alocar os investimentos em instituições que possuam as seguintes características: solidez patrimonial, experiência positiva no exercício da atividade de administração de grandes volumes de recursos e em ativos com a adequada relação risco X retorno.

7 – GESTÃO PREVIDENCIÁRIA

7.1 - Compensação previdenciária.

Regulada pela Lei nº 9.769/1999, a Compensação Previdenciária – COMPREV é um acerto de contas entre o RGPS e os RPPS, quando do pagamento dos benefícios de aposentadoria e, posteriormente, das pensões por morte dela decorrentes, proporcional ao período e ao valor das contribuições previdenciárias vertidas a cada Regime.

A Lei supracitada ainda conceitua que ao contrário do regime de origem que se trata do regime previdenciário ao qual o segurado ou servidor público esteve vinculado sem que dele receba aposentadoria ou tenha gerado pensão para seus dependentes, o regime instituidor é o responsável pela concessão e pagamento de benefício de aposentadoria ou pensão dela decorrente a segurado ou servidor público ou a seus dependentes com cômputo de tempo de contribuição no âmbito do regime de origem.

Para a estimativa do saldo de Compensação Previdenciária, a Avaliação Atuarial deverá computar tanto os valores estimados **a receber** como aqueles estimados **a pagar** para o RGPS, sendo que tais estimativas, conseqüentemente, dependem da disponibilidade das informações constantes da base de dados encaminhada pela Unidade Gestora e pelo setor de Relação Humanas (RH) do Ente Federativo.

7.1.2 - Compensação previdenciária a receber

Assim sendo, sob a ótica da receita do RPPS, tem-se que a estimativa da COMPREV a receber é oriunda tanto dos segurados ativos que possuem tempo de contribuição vertido a outros regimes previdenciários – precipuamente ao INSS – como dos próprios inativos, cujos processos de entrada junto ao regime previdenciário de origem ou não foram iniciados ou ainda não foram deferidos.

7.1.3 - Compensação previdenciária a pagar

Ao passo que a estimativa da COMPREV a receber parece ser mais próxima da realidade de ser estimada, já que é de conhecimento que, praticamente, todos os RPPS, possuam igualmente um passivo a título de COMPREV a pagar.

Tal passivo pode ser discriminado em duas frentes distintas:

1. Processos de COMPREV a pagar que já tenham sido deferidos a outros regimes previdenciários, ou seja, que atualmente o RPPS já esteja arcando com o pagamento de fluxo mensal enquanto tais benefícios subsistirem em seus respectivos regimes instituidores; e 2. Estimativa de um passivo referente a todas as pessoas que seriam passíveis de perceber,

futuramente, compensação previdenciária do RPPS, por ter tido vinculação de cargo efetivo com o Ente Federativo em questão e, por conseguinte, contribuído ao RPPS em tal período.

De forma resumida, considera-se que o grupo dos servidores efetivos exonerados do Ente Federativo se enquadra nestas características apontadas. Ressalta-se que se trata de uma estimativa mais complexa e passível de maior erro, tendo em vista que é provável que se desconheça a situação atual destas pessoas, como, por exemplo, se estão vivas, se – de fato – irão um dia se aposentar e, caso positivo, com que idade e valor de benefício, etc.

Ressalva-se que na metodologia adotada para a estimativa da COMPREV a pagar, quando da análise da base de dados dos exonerados, são desconsiderados todos os casos de ex-servidores cuja idade, na data da presente Avaliação Atuarial, seja igual ou superior a 75 anos (idade limite para vinculação como servidor efetivo em atividade no âmbito do serviço público).

8 - APRIMORAMENTO LEGAL E NORMATIVO

8.1 - Pareceres Jurídico 2020

Posição a respeito dos Processos Judiciais em envolvendo o IPASC.

A relação dos beneficiários com a previdência municipal, não raras vezes, são objeto de demandas judiciais, cujo resultado pode gerar prejuízo ao erário público.

Diante dessa possibilidade, indica-se a necessidade de que os gestores contingenciem os valores esperados em razão das demandas existentes.

O passivo judicial representa o somatório dos valores decorrentes de questões previdenciárias e administrativas, oriundas de interpretações divergentes e que, oportunamente, serão objeto de apreciação pelo judiciário, podendo ou não gerar desembolso pelo IPASC.

Dessa forma, é imperioso haver informação em relação as perspectivas deste setor em relação aos riscos de desembolsos futuros por contas das demandas judiciais para que haja um planejamento adequado frente a esses eventos.

Conforme a Lei Complementar nº 291, de 29 de abril de 2015, é atribuição do Diretor Presidente representar o IPASC judicialmente juntamente com o Advogado do Instituto.

09 - FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Conforme o comando do Art. 74 da Constituição Federal, o Poder Executivo do município de Caçador mantém sistema de controle interno que tem como missão “assegurar a regular gestão de recursos públicos, com ênfase na avaliação de resultados, através de instrumentos de controle e assessoramento, com apoio constante ao órgão de controle externo”. A fiscalização e Controle de um RPPS é feita por meio de órgãos de Controles Interno e Externo.

No IPASC o controle interno cabe à Controladoria do Município e à Controladoria do Instituto que agrega em suas competências.

Quanto ao Controle Externo, o IPASC está sujeito à orientação, supervisão, controle e fiscalização da Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda podendo realizar verificação in loco do cumprimento das obrigações legais ou de forma contínua por meio dos demonstrativos previdenciários.

Uma das ferramentas de controle utilizadas pela Secretaria da Previdência é a emissão de Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), o qual atesta, através da verificação de critérios estabelecidos na Lei nº 9.717/98 (diretrizes para os RPPS), que o RPPS segue as normas de boa gestão para garantir o pagamento de benefícios previdenciários aos seus segurados.

O Controle Externo do IPASC, também, está a cargo do Tribunal de Contas do Estado, dada a necessidade de prestação de contas imposta pelo parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal.

Por outro lado, tem-se o Controle Social, ferramenta de fiscalização e transparência sendo exercido pela sociedade. Um dos critérios norteadores dos RPPS é o pleno acesso dos segurados às informações relativas à gestão do regime (art. 1º inc. VI da Lei 9.717/1998).

Além dos controles anteriormente citados, o Instituto conta com a participação de representantes dos servidores e dos aposentados, nos colegiados como o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal.

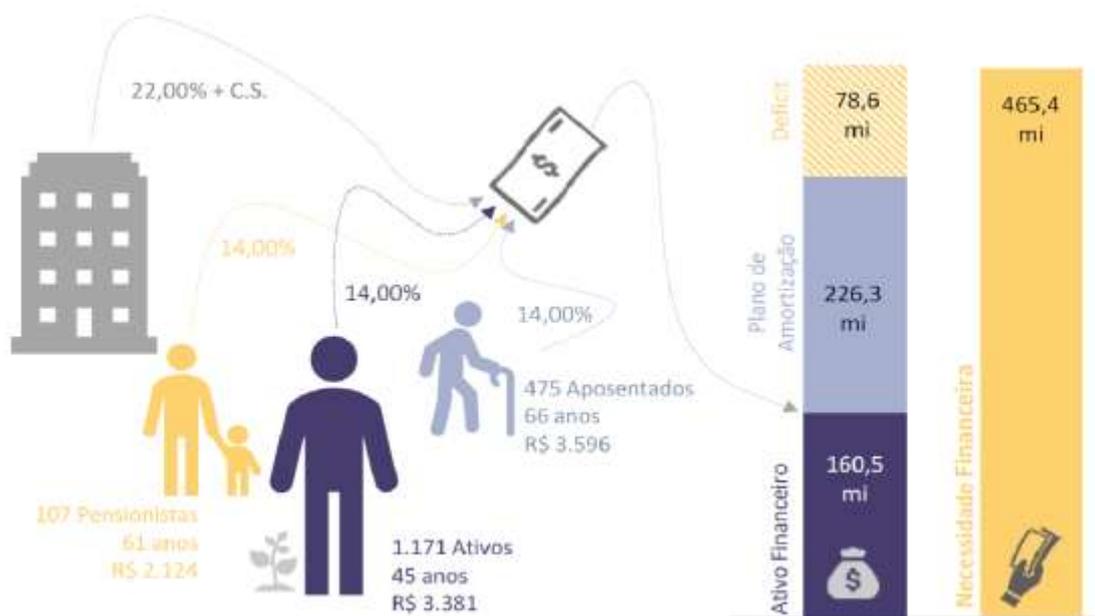
A Ouvidoria é uma das mais importantes unidades de atendimento para o cidadão. No momento estamos implantando diversos canais de contato para recebimento e encaminhamento de sugestões, reclamações, denúncias, elogios e solicitações para a melhoria dos processos internos e para a transparência das ações do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Caçador. Assim, apresenta-se o quantitativo das demandas de ouvidoria, recebidas por este meio.

10- GESTÃO ATUARIAL

O presente sumário executivo tem por finalidade demonstrar de forma sucinta as principais informações e resultados que serão apresentados ao longo deste Relatório da Avaliação Atuarial do plano de benefícios administrado pelo INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR (SC) – IPASC, na data focal de 31/12/2020, à luz das disposições legais e normativas vigentes.

De acordo com a base de dados utilizada referente a 30/09/2020, o IPASC possuía à época um contingente de 1753 segurados, distribuídos entre ativos, aposentados e pensionistas. Ademais, o Fundo em Capitalização do IPASC possuía como o somatório dos ativos garantidores dos compromissos destinados à cobertura dos benefícios previdenciários assegurados pelo plano de benefícios um montante de R\$ 135.516.937,97. Com o advento da Emenda Constitucional nº 103/2019, são assegurados pelo referido RPPS os benefícios de aposentadoria por tempo de contribuição, idade e compulsória, aposentadoria por invalidez e pensão por morte.

Assim, considerados os benefícios garantidos, o plano de custeio vigente, as metodologias de cálculo, entre outras variáveis, a avaliação atuarial com data focal de 31/12/2020, apurou um déficit atuarial para o Fundo em Capitalização no valor de R\$ 78.566.393,34:



10.1 - Descrição Dos Regimes Financeiros

10.1.1 - Regime de capitalização

O regime financeiro de capitalização possui uma estrutura técnica que consiste em determinar as contribuições necessárias e suficientes a serem arrecadadas ao longo do período laborativo do segurado para custear a sua aposentadoria ao longo da fase de percepção de renda.

Pressupõe a formação de reservas, pois as contribuições são antecipadas no tempo em relação ao pagamento do benefício.

Não obstante, cada método de financiamento determina um nível de custeio e a velocidade com que se observará o crescimento das reservas técnicas.

10.1.2 - Hipóteses Atuariais E Premissas

Diante da natureza do estudo e das características da massa analisada buscou-se identificar as contingências que mais se aproximam da população. Logo, a importância em analisar as experiências do **Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador (SC) – IPASC** no que se refere às estimativas das taxas de mortalidade segregadas por sexo e condição do segurado em cada uma das idades, da experiência de entrada em invalidez, crescimento salarial, rotatividade, dentre outros, que seguem abaixo especificados.

10.2.3 - Estimativas De Remunerações E Proventos

10.2.3.1 - Crescimento da remuneração

A hipótese de crescimento da remuneração refere-se à estimativa dos futuros aumentos das remunerações dos servidores do município. Em um plano estruturado na modalidade de benefício definido, tal qual o ora avaliado, quanto maior o crescimento real da remuneração esperado, maior será o custo do plano, pois o valor do benefício tem relação direta com o valor da remuneração na data de aposentadoria.

Portanto, cabe salientar que, no caso de serem concedidos reajustes pela gestão municipal que não estejam previstos pelo atuário responsável pela confecção da avaliação atuarial do RPPS, tais reajustes acarretarão em déficits técnicos, uma vez que as remunerações

observadas dos segurados estarão maiores do que aquelas utilizadas na mensuração dos compromissos (reservas matemáticas) da última avaliação atuarial.

A Portaria nº 464/2018 determina que a taxa real mínima de crescimento da remuneração durante a carreira será de 1,00% a cada ano da projeção atuarial.

No entanto, de acordo com as normas pertinentes, a Prefeitura de Caçador (SC) garante aos servidores efetivos ativos, tanto do quadro geral quanto do magistério, vantagens decorrentes da evolução no cargo e/ou na carreira, conforme explicitado abaixo.

- Um triênio de 3,00% a cada 3 anos, o que redundará em um crescimento salarial anual de 1,00% acima da reposição inflacionária, para o quadro geral e magistério;
- Um adicional correspondente à sexta parte (16,67%) dos vencimentos ou remuneração, ao completar 25 anos de serviços no Município, sendo que foi considerado que 50% dos servidores alcançarão tal benefício, o que redundará em um crescimento salarial real anual de 0,33%;
- Uma progressão de nível de 3,00% a cada 2 anos para o quadro geral, o que redundará em um crescimento salarial anual de 1,50% acima da reposição inflacionária; e
- Uma progressão de nível de 3,00% a cada 3 anos para o magistério, o que redundará em um crescimento salarial anual de 1,00% acima da reposição inflacionária.

Assim, tendo em vista que a Prefeitura de Caçador (SC) projeta conceder somente a inflação para as próximas reposições salariais, adotou-se como hipótese para fins de crescimento da remuneração os percentuais anuais equivalentes às vantagens descritas e garantidas pelos Planos de Cargos e Salários, quais sejam de **2,83% ao ano para o quadro geral e de 2,33% ao ano para o magistério**.

Desta forma, a gestão municipal da Prefeitura de Caçador (SC), ciente dos impactos causados pela concessão de reajustes acima do percentual adotado, deve anteriormente à referida concessão, avaliar financeira e atuarialmente os impactos que serão causados no **IPASC**.

10.3 - Resultado Atuarial E Provisões Matemáticas

10.3.1 - Plano Previdenciário

10.3.1.2 - Ativos Garantidores E Créditos A Receber

Conforme definições da Portaria nº 464/2018 os ativos garantidores do plano de benefícios deverão apresentar liquidez compatível com as obrigações do plano de benefícios do RPPS e deverão ser reconhecidos pelo seu valor contábil na data focal da avaliação, devidamente precificados para essa data. Quanto à liquidez, é recomendável a realização de estudos prévios à

aquisição de títulos a serem marcados a vencimento, bem como demais ativos que possuam carência para resgate, de forma que as estratégias de investimentos estejam adequadas ao vencimento do passivo atuarial.

Para a produção da presente avaliação atuarial foi informado o valor de R\$ 137.866.967,84 como o somatório dos bens e direitos vinculados ao Plano, posicionado em 31/12/2020, e em consonância com o Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR.

No entanto, o IPASC possuía contabilizado, na mesma data, o valor de R\$ 2.350.029,87 a título de Fundo Administrativo, que deverá ser deduzido do valor constante do DAIR a fim de que se possa obter o valor do ativo líquido disponível para a finalidade previdenciária. Assim, o valor do ativo a ser considerado na presente avaliação atuarial é de R\$ 135.516.937,97.

Somado aos ativos garantidores do RPPS, considerou-se o total dos saldos devedores dos Termos de Parcelamentos celebrados entre a Prefeitura Municipal de CAÇADOR (SC) e o IPASC, posicionados em 31/12/2020, equivalente ao montante de R\$ 24.985.833,06, conforme abaixo discriminado:

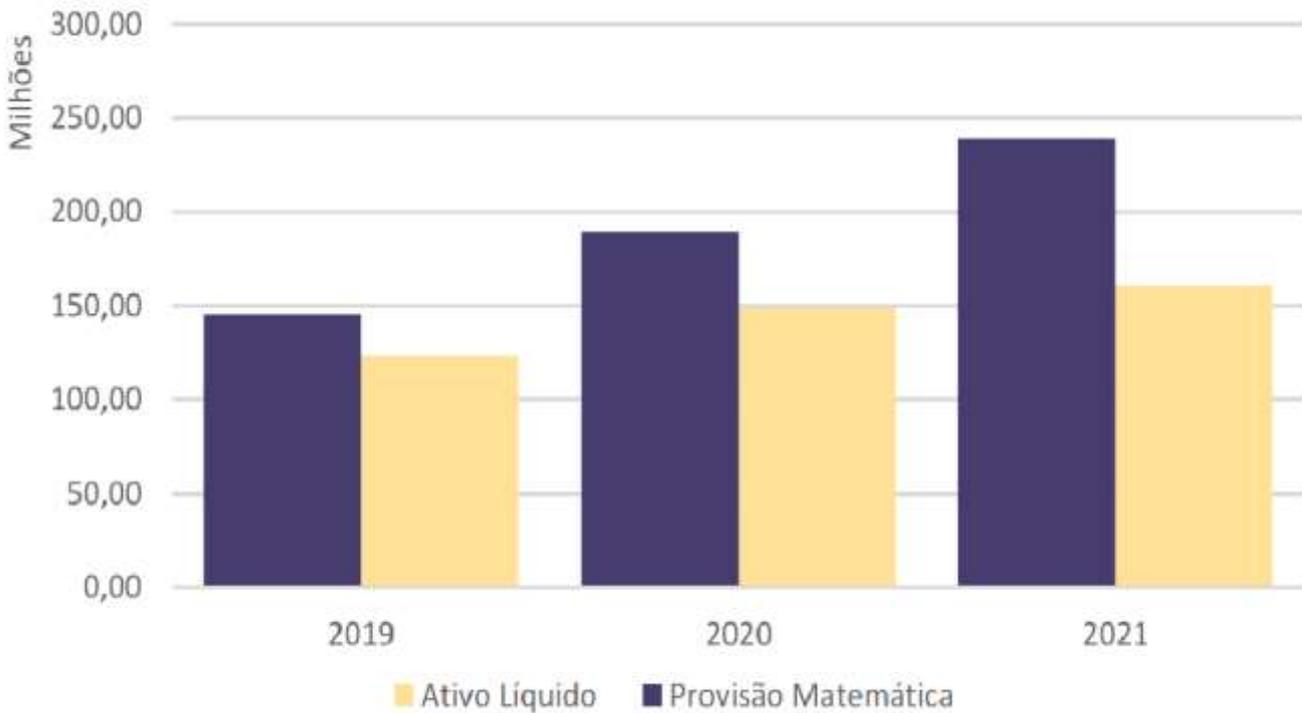
Referido patrimônio será comparado às provisões matemáticas para se apurar o resultado técnico do Plano. Entende-se por provisão matemática o montante calculado atuarialmente, em determinada data, que expressa em valor presente o total dos recursos necessários ao pagamento dos compromissos do plano de benefícios ao longo do tempo, líquido do valor presente atuarial das contribuições futuras.

TABELA 10. SALDOS DEVEDORES DOS TERMOS DE PARCELAMENTOS

Termo de parcelamento	Número de parcelas faltantes	Valor da prestação atualizada	Saldo devedor
1º Parcelamento	105	R\$ 8.885,81	R\$ 933.010,05
2º Parcelamento	33	R\$ 188.733,08	R\$ 6.228.191,64
3º Parcelamento	47	R\$ 190.388,30	R\$ 8.014.224,27
4º Parcelamento	58	R\$ 169.144,95	R\$ 9.810.407,10

O referido patrimônio será comparado às provisões matemáticas para se apurar o resultado técnico do Plano. Entende-se por provisão matemática o montante calculado atuarialmente, em determinada data, que expressa em valor presente o total dos recursos necessários ao pagamento dos compromissos do plano de benefícios ao longo do tempo, líquido do valor presente atuarial das contribuições futuras.

GRÁFICO 1. EVOLUÇÃO ANUAL DO ATIVO LÍQUIDO X PROVISÕES MATEMÁTICAS



Pela análise do Índice de Cobertura das Provisões Matemáticas (ICPM) é possível aferir qual o comportamento das provisões matemáticas versus o do ativo do RPPS, identificando se o nível destas reservas está coberto pelo patrimônio garantidor (aplicações e investimentos) que o RPPS possui, historicamente. Logo, quanto mais próximo de 1,00 mais próximo do equilíbrio atuarial o RPPS estará. Conclusivamente, é sempre recomendado que a evolução do Índice de Cobertura das Provisões Matemáticas (ICPM) seja, ano a ano, positiva, o que demonstraria, desta forma, que o plano de custeio aplicado está aderente e adequado ao crescimento das provisões matemáticas, bem como que o ativo do RPPS está igualmente crescendo de acordo com as projeções realizadas anteriormente.

Desse modo, analisando as três últimas avaliações atuariais realizadas, depreende-se que o Índice de Cobertura das Provisões Matemáticas (ICPM) deste IPASC passou de 29,08% no exercício de 2018 para 29,56% no exercício de 2019 e, finalmente, para 29,12% no exercício de 2020, o que representa uma variação positiva de 0,04% neste período.

Ademais, verifica-se a cobertura de apenas 49,88% das reservas dos benefícios concedidos (inativos), indicando, portanto, que as reservas matemáticas de benefícios a conceder (ativos) estão descobertas.

Estes índices denotam uma margem bastante preocupante de cobertura e devem ser analisados conjuntamente com as projeções atuariais, de modo a estabelecer uma maior segurança para os anos vindouros por meio de aportes ou alíquotas suplementares.

Em atendimento ao art. 8º da Instrução Normativa nº 8/2018, informa-se ainda o montante de R\$ 480.684.624,68 como sendo o valor presente atuarial das remunerações futuras (VASF), apuradas atuarialmente por meio de técnicas matemáticas convergentes com o método agregado conforme já descrito no Capítulo 4 do presente relatório.

Tendo em vista a metodologia de apuração do VASF, trata-se de valor considerado para apuração do Valor Atual das Contribuições Futuras (VACF) pelo método Agregado, com alíquotas vigentes não devendo ser utilizado aos demais métodos tradicionais, em especial ao Crédito Unitário Projetado.

No mesmo sentido, para fins de atendimento da Portaria nº 464/2018 e com o objetivo de identificar os componentes do déficit técnico para auxiliar na análise atuarial, segue demonstrados os encargos apurados separadamente para os benefícios concedidos até a promulgação da Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998 e após esta data.

10.4 - Análise Atuarial E Financeira

Pela análise do Índice de Cobertura das Provisões Matemáticas (ICPM) é possível aferir qual o comportamento das provisões matemáticas versus o do ativo do RPPS, identificando se o nível destas reservas está coberto pelo patrimônio garantidor (aplicações e investimentos) que o RPPS possui, historicamente. Logo, quanto mais próximo de 1,00 mais próximo do equilíbrio atuarial o RPPS estará.

Desse modo, analisando as três últimas avaliações atuariais realizadas, depreende-se que o Índice de Cobertura das Provisões Matemáticas (ICPM) deste IPASC passou de 29,08% no exercício de 2018 para 29,56% no exercício de 2019 e, finalmente, para 29,12% no exercício de 2020, o que representa uma variação positiva de 0,04% neste período.

Ademais, verifica-se a cobertura de apenas 49,88% das reservas dos benefícios concedidos (inativos), indicando, portanto, que as reservas matemáticas de benefícios a conceder (ativos) estão descobertas.

Estes índices denotam uma margem bastante preocupante de cobertura e devem ser analisados conjuntamente com as projeções atuariais, de modo a estabelecer uma maior segurança para os anos vindouros por meio de aportes ou alíquotas suplementares.

Por fim, no que se refere à situação financeira do IPASC, quando analisadas apenas as contribuições normais patronal e dos servidores ativos e inativos nos últimos 3 anos, depreende-se um déficit financeiro primário médio de R\$ 388.660,16 frente à despesa média com os benefícios.

Adicionalmente, se consideradas as receitas advindas dos aportes suplementares, tem-se como resultado médio do exercício um superávit financeiro final de R\$ 182.490,07 frente à despesa média com os benefícios.

Atualmente o nível de sobra da receita representa 9,21% da arrecadação total, sendo 90,79% desta consumidos pelos benefícios dos atuais inativos (aposentados e pensionistas), conforme dados que seguem.

TABELA 16. SITUAÇÃO FINANCEIRA DO IPASC

Descrição	Média mensal
Repasse patronal – custeio normal	R\$ 909.562,30
Repasse patronal – custeio suplementar	R\$ 571.150,22
Contribuição ativos	R\$ 481.748,90
Contribuição inativos e pensionistas	R\$ 18.802,09
Receita total	R\$ 1.981.263,52
Despesas previdenciárias (benefícios)	R\$ 1.798.773,45
Sobra financeira	R\$ 182.490,07 (9,21% da receita total)

Destarte, alerta-se que a situação financeira constatada no IPASC, não obstante permaneça

Descrição	Média mensal
Relação (despesas x receita total)	90,79%

superavitária, deve ser acompanhada, visando a capitalização de recursos suficientes para o pagamento dos benefícios.

CONCLUSÃO

O presente relatório de governança tem como finalidade principal apresentar, de forma sucinta, a situação financeira e atuarial do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR (SC) – IPASC, na data focal de 31/12/2020. Tem ainda como objetivo relatar aspectos relacionados à adequação da base cadastral e às bases técnicas utilizadas, bem como os resultados apurados, e demais medidas necessárias ao equilíbrio do sistema, em consonância com as normas pertinentes vigentes.